AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRIVATIVO DE LIBERDADE DE ADOLESCENTES

GT 03 – Gestão e avaliação da educação, diversidade cultural e inclusão social

Irandi Pereira

Doutora em Educação – USP; docente do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei da Universidade Anhanguera - UNIAN – São Paulo. e-mail: irandip@gmail.com

Resumo - Este artigo tem como objetivo apresentar considerações sobre a avaliação da política pública de educação em espaços de privação de liberdade em desenvolvimento no Brasil. Algumas premissas sobre avaliação são trazidas para o debate da educação e sua relação com a política pública socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei. As pesquisas, tanto no trato da política de educação quanto da política socioeducativa ao adolescente privado de liberdade ainda são incipientes apesar de reconhecidas como direitos fundamentais e diante do interesse superior de adolescentes enquanto pessoas sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Educação. Política socioeducativa. Avaliação. Adolescente infrator

Abstract - This article objective is to present considerations about the educational public policy in development in Brazil in places of deprivation of liberty. Some premises about evaluation are brought to debate of education and its relation with the socioeducational public policy for the adolescents in conflict with the law. Researches, both in dealing with education policy as the socioeducational policy for the adolescent deprived of liberty, are still incipient, though recognized as fundamental rights and before the best interests of adolescents as persons subject to rights.

Keywords: Education. Socioeducational policy. Evaluation. Adolescent offender.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar considerações sobre a avaliação da política pública de educação em espaços de privação de liberdade em desenvolvimento no Brasil. O recorte é sobre a política de educação desenvolvida no interior do sistema nacional de atendimento socioeducativo de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei.

A expressão adolescente em conflito com a lei envolve a pessoa entre 12 e 18 anos de idade e as diversas circunstâncias que a levam ao cometimento de ato infracional, seu percurso pela justiça (na aplicação de medida socioeducativa) e pelo executivo (na apuração do ato infracional e na execução da política socioeducativa) e, notadamente, sobre as relações estabelecidas nesse percurso com e entre as instâncias e poderes públicos, famílias, pares e profissionais.

Algumas premissas sobre avaliação são trazidas para o debate da gestão da política de educação e sua relação com a política pública socioeducativa ao adolescente em privação de liberdade cumprindo medida judicial no interior do sistema socioeducativo. Cabe ressaltar que por política socioeducativa compreende-se o sistema de atendimento nos três âmbitos da administração pública (federal, estadual e municipal) com suas diferentes competências, atribuições e especificidades na atenção a esse adolescente.

Os espaços públicos para a privação de liberdade ao adolescente são de responsabilidade do ente federado estadual na execução dos programas socioeducativos referentes às diferentes medidas socioeducativas como Semiliberdade e Internação, incluindo, a Internação Provisória (acautelamento judicial). O adolescente em privação de liberdade tem tempo máximo de três anos para o cumprimento da medida imposta; contudo, pelo desenvolvimento do Plano Individual de Atendimento (PIA), acordado entre justiça e executivo e em audiência, poderá ter medida alterada para outro tipo de regime. Em Internação Provisória o prazo é de até 45 dias para a decisão judicial sobre a medida a ser ou não aplicada.

A política de educação nos espaços de privação de liberdade é de responsabilidade do sistema estadual de educação considerando a natureza da política de direitos humanos (transversalidade) e, por consequência, a socioeducativa (incompletude institucional). Nesse sentido, o sistema educacional deve trazer para o interior do sistema socioeducativo as modalidades de educação e as matrizes curriculares, as estratégias e metodologias de desenvolvimento do ensino, os processos de avaliação e certificação, corpo de profissionais necessários ao desenvolvimento da educação escolar (docentes, gestores e operacionais) e material didático.

Estudos e pesquisas sobre avaliação da política de educação no interior do sistema socioeducativo como da própria política socioeducativa ainda são incipientes apesar do reconhecimento, na legislação brasileira, dos direitos fundamentais e do interesse superior do adolescente enquanto sujeito de direitos considerando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, expressos por diversos tratados internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificados pelo Governo brasileiro enquanto Estado-membro e, cabe dizer

que, o Brasil tem tido assento no Comitê dos Direitos da Criança da ONU e, o mandato em vigor compreende o período 2013-2017.

O presente artigo traz algumas premissas sobre avaliação considerando as possibilidades de sua realização para uma melhor atenção ao adolescente em privação de liberdade tendo em vista os planos nacionais decenais de educação e de atendimento socioeducativo. A avaliação da educação no interior do sistema socioeducativo ganha destaque a partir do ordenamento jurídico-institucional em vigor¹ e podendo ser percebida nas dimensões *macro*, ao tratar da política de educação e da política socioeducativa nos três âmbitos da administração pública e *micro*, na atenção direta ao adolescente por meio da garantia da educação escolar junto aos programas socioeducativos de privação de liberdade.

Os estudos que venho realizando no campo socioeducativo indicam a existência de uma série de dificuldades e mesmo da desatenção pública no olhar e trato ao adolescente no cotidiano da privação de liberdade e, uma delas, refere-se à garantia constitucional do direito à educação e, por consequência, de uma escola de qualidade no interior do sistema socioeducativo. Uma escola que contribua para “elevar a sociedade aos valores considerados universais e coloca os humanos junto à natureza, retirando-os da perigosa posição antropocêntrica”; uma escola que fortaleça “a vida espiritual e o exercício do pensamento, garantindo espaços onde dialogam as diferenças”; portanto, uma educação “sistêmica, holística e ecológica e não cartesiana, mecanicista, utilitarista” (KEIL, 2012, p. 70). Os resultados da fiscalização promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do projeto “Justiça ao Jovem” sobre o desempenho da política socioeducativa no sistema de privação de liberdade, em todo o território nacional, também apontam que a educação ainda está em desacordo com o ordenamento jurídico-institucional (2012).

O artigo ao focalizar a avaliação da política de educação no contexto da privação de liberdade de adolescentes é concebida como “um dos modos mais significativos, pelos quais o Estado e a Sociedade podem assumir o compromisso com a realização do direito ao atendimento

¹Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Resolução nº 119 (2006) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e a Lei Federal nº 12.594/2012 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

educativo de segmentos estrutural e, historicamente, fragilizados da população, bem como a democratização da sociedade como um todo” (NOMA, BOIAGO, 2013, p. 79).

Política socioeducativa e política educacional

A política pública socioeducativa é aquela voltada ao adolescente em conflito com a lei que, por decisão judicial e após o devido processo legal, deve cumpri-la no interior do sistema de atendimento socioeducativo. A idade mínima de responsabilização penal é 18 anos e responde por seus atos de acordo com o ordenamento jurídico e institucional especial, as Leis Federais nºs 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e a nº 12.594/12 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE).

Adolescente em conflito com a lei é entendido como aquele que tem relação com o sistema de justiça na aplicação de decisão judicial e com o executivo na apuração do ato e execução da medida socioeducativa. As medidas têm caráter restritivo de liberdade (Prestação de Serviços à Comunidade e a Liberdade Assistida) e privativo de liberdade (Semiliberdade e Internação) além de outras² (BRASIL, ECA, 1990). A Internação Provisória é também medida aplicada enquanto acautelamento judicial do adolescente que aguarda por decisão judicial (o prazo é até 45 dias) podendo, em determinados casos, ser realizada em seu domicílio, sob a responsabilidade da família ou de responsável legal.

Na aplicação de uma medida socioeducativa é preciso considerar a capacidade do adolescente em cumpri-la, levando-se em conta o princípio da dignidade humana e o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a brevidade de tempo para o cumprimento da mesma, a natureza dos regimes de atendimento, o caráter de responsabilização e de não punição do envolvido nos espaços dos programas socioeducativos. A natureza jurídica das medidas socioeducativas tem três dimensões: uma sancionatória e restritiva de direitos, outra de responsabilização como apropriação ou compreensão sobre o ato praticado, seu significado pessoal e social e, ainda, como garantia dos direitos sociais pela condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e sujeito de direitos (BRASIL, ECA, 1990)..

² Art. 112 – Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I. Advertência; II. Obrigação de reparação do dano; III. Prestação de Serviços à Comunidade; IV. Liberdade Assistida; V. Inserção em regime de Semiliberdade. VI. Internação em estabelecimento educacional; VII. Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (ECA, 1990).

No caso da privação de liberdade de adolescentes, o Estado brasileiro é o responsável principal por sua tutela e, por isso, é impedido constitucionalmente de transferi-la a outro tipo de iniciativa. No caso do regime aberto, o acompanhamento poderá ou não ser realizada direta (entidades governamentais) e/ou indiretamente (entidades não governamentais) desde que tenham programas inscritos e cadastrados em órgãos públicos responsáveis pela política socioeducativa e mediante parceria ou convênio formal entre as partes.

A política socioeducativa é concebida transversalmente e, por isso, depende para a sua execução, das demais políticas públicas. Ela integra o sistema de garantia de direitos de modo interinstitucional (entre os poderes judicial, legislativo e executivo), intersetorial (educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, lazer, trabalho, moradia) e, por decorrência, as práticas tem caráter interdisciplinar.

Enquanto modelo sistêmico de atendimento, a execução das medidas socioeducativas é de responsabilidade dos três entes federados com funções normativas, executivas, avaliativas e controle. O ente federado estadual é o responsável pela criação e manutenção de programas socioeducativos de privação de liberdade (Internação, Internação Provisória e Semiliberdade) e o municipal pelos serviços em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida) e o Distrito Federal, as responsabilidades estadual e municipal. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, também nos três níveis da administração pública, competem a aprovação dos planos, programas, financiamento (e não a manutenção) de determinadas ações por seus respectivos fundos, a avaliação e o controle social da política socioeducativa, tendo em vista a paridade na sua representação, de governos e da sociedade civil (PEREIRA, 2012).

No Brasil, o último levantamento (ano base 2011) realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República indicava a presença no sistema nacional de atendimento de 107.617 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sendo 19.595 em privação de liberdade e 88.022 em restrição de liberdade e, desses, 86,91% são do sexo masculino e 13,09% feminino. A população total de adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos é de pouco mais de 20 milhões e, desses, 0,9% encontrava-se em cumprimento de alguma medida privativa de liberdade (BRASIL, IBGE Censo, 2010). Convém ressaltar

que os dados são subestimados uma vez que não figura entre eles a aplicação de outras medidas socioeducativas (Advertência e Obrigação de Reparar o Dano) de iniciativa e finalização da justiça da infância e da juventude e, por isso, não comporta a organização de programas de atendimento pelo poder executivo.

A educação nos contextos privativos de liberdade (adulto e jovem) se insere no debate sobre a educação para todos, a partir dos anos 1990, em âmbito nacional e internacional, proclamada como um direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) referência da ONU para a edição de outros documentos complementares. A educação enquanto direito humano é concebida como a realização da educação ao longo da vida, segundo a Conferência Mundial Sobre Educação para Todos (Jontien, 1990). Sobre a educação no interior dos sistemas de privação de liberdade as recomendações da comunidade internacional têm sido recorrentemente destacadas no sentido de que sejam observadas pelos Estados-Membros da ONU no sentido de sua promoção. Outro exemplo dessa preocupação encontra-se na Resolução nº 1990/20 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (24/05/1990), que recomendando para que todos os privados de liberdade tivessem garantido o acesso à educação (alfabetização, educação básica, formação profissional, educação física, esporte, ensino superior, serviços de biblioteca, entre outros) (UNESCO, 1995).

A privação de liberdade comporta ao menos duas possibilidades na atenção aos internos: de um lado, a defesa do encarceramento e a necessidade, cada vez mais, de construção de unidades como forma de controle da violência e do combate ao crime e, por outro, a reforma geral do sistema com a implantação de medidas cada vez mais restaurativas e com atividades desenvolvidas externamente visando uma real possibilidade de (re)inserção social. E, no caso dos adolescentes, há ainda parte de setores da sociedade brasileira que busca o rebaixamento da idade de responsabilização penal para 16 anos ou menos e/ou ainda o aumento do tempo de internação para além dos três anos. Na verdade, o que continua em pauta em diferentes sociedades é como rimar trabalho socioeducativo e privação da liberdade dos internos, sejam eles adultos, adolescentes ou jovens.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) no artigo 26, afirma que “toda pessoa tem direito à educação” e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jontiem, 1990) no Preâmbulo dispõe que apesar dos esforços realizados pelo mundo em assegurar o direito à

educação para todos ainda persistem o descaso e a desatenção pública com a educação dos privados de liberdade. E, considerando a educação como uma das possibilidades de realização de um dos direitos fundamentais dos internos cabe destacar as anotações de KEIL (2012):

A educação de qualidade é aquela que emancipa, que tem como fundamento a autoridade e a liberdade como horizonte. A educação de qualidade é uma educação libertária. A liberdade não é uma característica natural do indivíduo. A liberdade se aprende assim como se aprendem os direitos. “Ambos são conquistados e construídos socialmente” (p. 70).

No Brasil, a partir da Constituição Federal (1988) e demais legislações complementares como o ECA (1990), a LDB (1996) e a lei regulamentadora das medidas socioeducativas SINASE (2012) a atenção ao adolescente ganha novos contornos considerando a adoção, pelo Brasil, do paradigma da doutrina da proteção integral expresso em diversos documentos da ONU. Esse novo modelo centrado no reconhecimento desse grupo como sujeito de direitos reforçou o direito à educação pública e, para tanto, foram criados mecanismos para a garantia, acompanhamento e avaliação dessa obrigatoriedade nos espaços de privação de liberdade.

A Carta Magna (1988), nos artigos 205 a 213, assegura os direitos educativos dos brasileiros, incluindo os que se encontram em contextos de privação de liberdade e os que não tiveram acesso à educação na idade apropriada. A LDB (1996) não contempla dispositivos específicos sobre a educação no sistema de privação de liberdade; contudo, de sua leitura pode-se inferir que a mesma se insere na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Contudo, o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001) entre os objetivos e metas da educação de jovens e adultos, previu o desenvolvimento, em todas as unidades de privação de liberdade (sistema prisional (adultos) e sistema socioeducativo (adolescentes)) de programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio e de formação profissional, incluindo também, o fornecimento de material didático e a oferta de educação à distância (BRASIL, PNE, 2001). O ECA (1990) nos incisos X e XI do artigo 94 dispõe que cabe às unidades de internação “garantir a escolarização dos internos” e, no parágrafo único do artigo 123 estende as atividades pedagógicas à Internação Provisória e, na Semiliberdade, as ações escolares devem ser realizadas nas escolas da comunidade (PEREIRA, 2006).

No caso do adolescente em contexto de privação de liberdade há toda uma gramática de direitos e possibilidades presentes documentos internacionais como a Convenção Americana

Sobre os Direitos Humanos (Pacto de San José, 1969), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing (1985), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad, 1990) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990) que, no seu conjunto, tratam da garantia das necessidades básicas da pessoa menor de idade (proteção especial) e que a prevenção da delinquência juvenil é parte essencial da prevenção do delito na sociedade e, nesse sentido, o tratamento institucional deve assegurar cuidado, proteção, educação e formação profissional para permitir que o adolescente desempenhe um papel construtivo e produtivo na sociedade. E, que o sistema de justiça na aplicação de medidas enfatizará que o princípio do bem-estar do jovem será o fator preponderante no exame dos casos de infração.

Em se tratando da educação, o Item 13.5 das Regras de Beijing ao tratar da internação provisória (prisão preventiva) expressa como direito do adolescente ou jovem, sob custódia do Estado, receber “cuidados, proteção e toda assistência – social, educacional, profissional, psicológica, médica e física” tendo em vista sua idade, sexo e características individuais e, para os que se encontram em medidas de internação (privação de liberdade) são objetivos do tratamento institucional, “assegurar seu cuidado, proteção, educação e formação profissional para permitir-lhes que desempenhem um papel cognitivo e produtivo na sociedade” (Itens 26.1, 26.2). Já as Regras sobre a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade no item 38 dispõem sobre a gestão da educação em que “todo jovem em idade de escolaridade obrigatória terá o direito de receber um ensino adaptado às suas necessidades e capacidades e destinado a prepará-lo para sua reintegração na sociedade”. Assim, o ensino deverá estar a cargo de “professores competentes, através de programas integrados ao sistema de ensino público para que, quando sejam postos em liberdade, os jovens possam continuar seus estudos sem dificuldade”; que a administração dos estabelecimentos deve “prestar atenção especial ao ensino dos jovens de origem estrangeira ou com necessidades culturais ou étnicas particulares” e, que, no caso dos “analfabetos ou que apresentem problemas cognitivos ou de aprendizagem terão direito a receber um ensino especial”. No item 39, vai além da obrigatoriedade escolar dispondo que “ultrapassado a idade de escolaridade obrigatória e que desejem continuar seus estudos deverão ser estimulados e incentivados nesse sentido, e deverá ser feito todo o possível para que tenham acesso a programas de ensino adequados” e no item

40, “os diplomas ou certificados de estudos outorgados aos jovens durante sua detenção não deverão indicar, de modo algum, que os jovens tenham estado detidos”.

Como signatário desses documentos, o ECA dedica parte do capítulo IV Do direito à Educação, à cultura, ao esporte e ao lazer nos artigos 53 a 58, de que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” e, para isso devem ser assegurados, conforme artigo 53, desde o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, de ser respeitado por seus educadores, de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, de organização e participação em entidades estudantis e ainda do acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Interessante observar que o conteúdo desse artigo em muito representa os conflitos recorrentes entre família, escola e comunidade. Na reafirmação do direito constitucional presente no artigo 208, destaca-se no ECA no § 2º do artigo 54, dentre outros deveres, que “o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente (grifo nosso).

O artigo 56 e incisos I, II III respectivamente estabelece que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; elevados níveis de repetência. Tal organismo seria intermediário entre a escola e o sistema de justiça e, inclusive na prerrogativa de fiscalização dos programas socioeducativos. O artigo 57 prevê o poder público “estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório”. E, nesse sentido, há a possibilidade de enfrentar o tema da exclusão do ensino fundamental e de compreender melhor esse fenômeno e as alternativas mais adequadas para superá-lo. E, em se tratando do adolescente privado de liberdade caberiam estudos sobre modalidades, metodologias, programas de formação dos socioeducadores, produção de material didático pedagógico, elaboração de propostas de acompanhamento e avaliação da política de educação no interior do sistema socioeducativo. A modalidade de educação escolar ofertada aos adolescentes em privação de liberdade no geral do sistema socioeducativo de atendimento tem sido a educação de jovens e adultos. A sua gestão é de responsabilidade do órgão público

estadual de educação (Secretarias Estaduais de Educação) conforme determinam a legislação e alguns marcos regulatórios.

O reconhecimento legal do direito à educação para todos e, em especial, para os adolescentes em privação de liberdade não tem sido acompanhado de medidas efetivas para a garantia de forma sistemática e com qualidade desse direito no interior do sistema socioeducativo segundo estudos na área (PEREIRA, 2006; PEREIRA, at al. 2013) e, em especial, do panorama realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através do Projeto Justiça ao Jovem. O CNJ (2012) elaborou diagnóstico sobre o cumprimento de medida socioeducativa de internação com a finalidade de conhecer o perfil dos adolescentes privados de liberdade, examinar a tramitação dos processos, avaliar o ordenamento territorial e conhecer as instituições de internação. No período da pesquisa – de 19/07/2010 a 28/10/2011 - encontravam-se em cumprimento de medida socioeducativa 17.502 adolescentes distribuídos nos 320 estabelecimentos de internação no Brasil (26 estados da federação e no Distrito Federal) e, desses foram entrevistados, 1838 adolescentes (10% do total geral de internos no país e não representativo por estado da federação), analisados 14.613 processos judiciais (e, desses, apenas nos estados do Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Paraná e Sergipe foram analisados menos de 50% dos processos existentes) e verificada a situação de todas as unidades de internação, ao todo, 320 (BRASIL, CNJ, 2012)

Sobre o *perfil dos adolescentes internados*, do total de 1898 adolescentes entrevistados, a média de idade era de 16,7 anos e, com isso alcançariam a maioridade civil e penal durante o cumprimento da medida socioeducativa, considerando o prazo de três anos para a internação e, a média de idade dos adolescentes em privação de liberdade era de 14 anos. Sobre o *ato infracional*, a primeira infração cometida deu-se entre 12 e 14 anos de idade e 9% deles cometeu ato infracional na infância, entre os sete e os onze anos de idade. Sobre a reincidência da prática de delito, 43,3% havia sido internados ao menos uma vez e o percentual de reincidência era o seguinte: na primeira internação, 43,3% por roubo e tráfico de drogas e na primeira reincidência, 56,4% por roubo e tráfico de drogas. Um dado interessante é sobre *as fugas e/ou evasão dos adolescentes em internação*: 89% dos internos não possuíam histórico de evasões e a Região com maior percentual de evasão (16%) era a Região Centro-Oeste e a Região Sudeste com o menor número de fugas e/ou evasão (3%) de acordo com as informações analisadas nos dos processos judiciais.

Sobre a *escolaridade*, considerando que o ECA determina que as unidades de privação de liberdade tenham o dever de promover a escolarização e a profissionalização dos internos, do total de entrevistados (1898), 91% eram alfabetizados e 8% não alfabetizados e 1% sem resposta. E, entre os não alfabetizados, 44% encontravam-se na Região Norte e 20% na Região Nordeste. Na média, os adolescentes declararam ter parado de estudar entre 8 e 16 anos de idade e interromperam os estudos aos 14 anos. Contudo, 26% deles não responderam esse quesito. Antes da medida de privação de liberdade, 57% declararam que não frequentavam a escola e 86% deles estavam no ensino fundamental entre a 5ª. e 6ª. séries, portanto, sem a conclusão da formação básica e apenas 11% no Ensino Médio. E, no cumprimento da medida de privação de liberdade, 72% declararam frequentar a escola diariamente.

Sobre a aplicação do *plano individual de atendimento* (PIA), documento obrigatório e acordado entre a justiça e os programas de atendimento e, em que o direito à educação é um dos quesitos presente, segundo os processos analisados, os dados indicam que apenas 5% do total de adolescentes têm seu PIA elaborado e em cumprimento, 77% não o possuem. Os dados sobre a não efetivação do PIA demonstram desacordo com a Lei federal nº 12.594/2012 (SINASE) e isso prejudica a avaliação da política socioeducativa e da educação enquanto um direito do adolescente em privação de liberdade.

Sobre a presença de pessoal e respectiva formação acadêmica no interior das 320 unidades de internação, o quadro à época era o seguinte: Advogado (32%), Assistente Social (90%); Psicólogos (92%), Médico (34%), Enfermeiro (51%), Professor(a) de Educação Física (52%), Pedagogo (69%). No que interessa à educação escolar, os pedagogos estavam distribuídos nas unidades de internação do seguinte modo por Região: Centro-Oeste: 43%; Nordeste, 73%; Norte 53%; Sudeste: 79%; Sul, 63%. Esse dado é importante quando se avalia a escolaridade, considerando a frequência e desempenho escolar dos adolescentes, e ainda sobre a efetividade do plano individual de atendimento. A maior presença dos profissionais se dá pelos Psicólogos (92%), Assistentes Sociais (90%) e Pedagogos (69%) que, na prática é a equipe mínima, para o funcionamento do programa de atendimento. Cabe destaque ainda a presença na área da educação do profissional da Educação Física que colabora com o desenvolvimento da educação escolar. Os professores que lidam com a educação escolar no interior das unidades de internação são do quadro de pessoal das Secretarias Estaduais de Educação. A

presença de demais profissionais é fundamental no atendimento considerando o regime de privação de liberdade, a natureza transversal e incompleta da política socioeducativa e os direitos e necessidades de saúde, defesa, justiça, arte, cultura que devem ser realizados em parceria com as demais políticas públicas.

Sobre a *estrutura física das unidades de atendimento*, maior parte delas não possui espaços destinados à realização de atividades consideradas obrigatórias para a concretização dos direitos assegurados em Lei, como saúde, educação, lazer. Assim não possuem, pela ordem, salas de aula (87%), espaço para práticas esportivas (87%), oficinas (75%), biblioteca (51%), sala de recursos audiovisuais (31%) e sem espaço para refeitório (22%). No aspecto que interessa à avaliação da política de educação, cabe ressaltar que 49% do total das unidades de privação de liberdade não possuem biblioteca, 69% não dispõem de salas com recursos audiovisuais e 42% não possuem sala de informática. Esse quadro é representativo da insuficiência do Estado brasileiro em lidar com os adolescentes sob sua custódia, ao mesmo tempo em que, contraria os padrões definidos pelo SINASE e pela Resolução nº 119 do CONANDA que estabelecem os parâmetros arquitetônicos e pedagógicos para a gestão do sistema privativo de liberdade.

Considerações finais

Os dados apresentados indicam que o reordenamento institucional do sistema de atendimento ainda não foi cumprido apesar da legislação brasileira sob o paradigma da doutrina da proteção integral ter completado mais de duas décadas. Os mecanismos de avaliação e controle da gestão da política de direitos têm sido criados e aprimorados e, contudo, ainda estão distantes da realidade vivida pelos adolescentes em privação de liberdade. O direito à educação, enquanto direito público subjetivo, diante dessa desatenção pública, é ainda uma luz no fim do túnel para esses adolescentes e, contudo, as propostas de rebaixamento da idade de responsabilização penal e de aumento do tempo de internação ocupam a mídia, o parlamento e setores mais conservadores da sociedade brasileira.

A partir da presente reflexão alguns quesitos podem servir de ponto de partida para a avaliação da política de educação no interior sistema socioeducativo:

♦ Uma primeira observação refere-se ao plano dos tratados internacionais sobre educação e os direitos da criança e do adolescente expressos pela Organização das Nações Unidas e da qual o Brasil é Estado-membro. E, em relação às definições da “Conferência Mundial sobre Educação” (Jomtien, 1990) é preciso verificar se os conteúdos da educação - os conhecimentos, as habilidades, os valores e as atitudes - estão presentes no sistema de atendimento de adolescentes privados de liberdade. Outra recomendação refere-se à garantia “a todos os reclusos” de acesso “à educação, com inclusão em programas de alfabetização, educação básica, formação profissional” entre outros tem sido contemplados (ONU/UNESCO, 1994) expressa pela Resolução 1990/20 (24/05/1990) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU/UNESCO, 1994). E, nessa esteira as recomendações contidas em outros tratados internacionais específicos sobre adolescentes e a garantia de seus direitos visando à (re)inserção na sociedade com a exigência de que no interior das unidades de atendimento sejam desenvolvidas atividades tanto educacionais quanto culturais com absoluta prioridade.

♦ No plano da norma nacional, é preciso avaliar como a política de educação é desenvolvida junto ao adolescente em privação de liberdade, considerando a Internação e mesmo a Internação Provisória, como um dos meios de promover a integração social e/ou (re)inserção social e a aquisição de conhecimentos para que os internos tenham uma vida melhor no processo de cumprimento da medida judicial e que, o tempo de encarceramento possa ter uma finalidade que vá além da sanção e da segregação ou somente como ocupação do tempo disponível do adolescente (JULIÃO, 2013).

♦ É necessário avaliar se e como as unidades de atendimento do sistema socioeducativo contemplam a elaboração do Projeto Político Técnico Institucional e, a educação, o Projeto Político Pedagógico, considerando aproximações e distanciamento da ação articulada entre os dois órgãos responsáveis pelo adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. E, na elaboração do plano individual de atendimento (PIA) do adolescente pela equipe técnica da unidade de atendimento é possível ou não contar com a presença dos profissionais da educação e, com isso, melhor avaliação do cumprimento das metas tanto pelo adolescente quanto pelas instituições (educacional e socioeducativa).

♦ Na avaliação da educação é imprescindível verificar se os adolescentes em privação de liberdade tem tido presença no Censo Escolar e sua participado dos espaços de avaliação da educação escolar em nível nacional. Também precisa ser avaliado qual o tempo entre a decisão judicial de cumprimento de medida e sua inclusão na escola.

◆ É preciso considerar na avaliação as metodologias e estratégias de educação que vem sendo utilizadas e ainda sobre as modalidades de ensino possíveis considerando as especificidades dos adolescentes (idade, inclusão/exclusão/abandono escolar, distorção idade e série cursada) entre outros. A produção de material didático é outro quesito a ser avaliado considerando as especificidades e circunstâncias vividas pelos adolescentes. Outro item a ser avaliado é sobre os egressos do sistema e a sua real inserção na escola extramuros do sistema socioeducativo para continuidade de seu processo educacional.

◆ As condições de estudo (salas-ambiente, oficinas, bibliotecas) também merecem ser avaliadas considerando que geralmente o espaço das unidades de atendimento não são apropriados para o desenvolvimento da educação escolar e das demais atividades pedagógicas.

◆ Os projetos de formação continuada precisam ser avaliados enquanto realização sistemática para o corpo de socioeducadores (sistema socioeducativo) e para os profissionais da educação (docentes, gestores e apoio operacional).

◆ Outros quesitos merecem avaliação como o financiamento, articulação da gestão considerando os dois sistemas (educação e socioeducativo), presença de diretrizes gerais para a educação do/no sistema socioeducativo, a participação dos adolescentes internos na gestão da educação, a existência de conselhos escolares no interior do sistema socioeducativo e, principalmente, a presença dos familiares no acompanhamento da educação e nas reuniões pedagógicas, entre outros.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei Federal 8.069** que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990.

BRASIL **Lei Federal 9.394** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.594** de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

BRASIL - MJ-SDH-PR. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em conflito com a Lei**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da Criança e do Adolescente da Presidência da República, 2012. Acessado em <http://www.sedh.gov.br>. 12/19/2013.

BRASIL - Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)/ SDH**, Brasília-DF : CONANDA, 2006.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de Internação** (Programa Justiça ao Jovem), Brasília, 2012.

JULIÃO, E. F. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal**. http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/elionaldo.pdf. Acessado em 12/11/2013.

KEIL, I. M. Direitos e liberdade – princípios geradores da educação de qualidade no ensino fundamental. In UNGARETTI, M. A. (org.) **Direito de crianças e adolescentes à educação no ensino fundamental**, São Paulo : ABMP, 1ª, ed., 2012..

LIBERATI, W. D. A gestão das políticas públicas para o adolescente em conflito com a lei no Estado constitucional. In LIBERTATI, W. D. (Coord.) **Gestão da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei**, São Paulo: Letras Jurídicas, 1ª. ed., 2012.

NOMA, A. K, BOIAGO, D. L. **Políticas públicas para a educação em contexto de privação de liberdade**. In <http://www.utp.br/cadernos-de-pesquisa/pdfs/cad-pesq10/5-politicas-publicas-cp10.pdf>. Acessado em 12/09/2013.

PEREIRA, I. Controle social da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei. In In LIBERTATI, W. D. (Coord.) **Gestão da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei**, São Paulo: Letras Jurídicas, 1ª. ed., 2012.

PEREIRA, I. **O Adolescente em conflito com a lei e o direito à educação**. São Paulo, Faculdade de Educação da USP (Tese de Doutorado), 2006.

PEREIRA, I., ZAMORA, M.H. N.R, ALAPANIAN, S. **Política pública socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei**. (Artigo, no prelo). Cascavel/PE UNOESTE, 2013.